
DESENVOLVIMENTO MORAL NO AMBIENTE ESCOLAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DE ESTUDOS NUMA PERSPECTIVA PIAGETIANA

Lívia Mitestaines Karepovs¹
Carolina dos Santos Lemos²
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz³

Resumo

Ressaltamos neste artigo o importante papel da escola como ambiente promotor das relações de cooperação para o desenvolvimento da autonomia moral. Utilizando o referencial teórico piagetiano sobre a moralidade e pesquisas que investigaram como o ambiente cooperativo influencia as relações interpessoais. Objetivou-se realizar uma revisão bibliográfica sobre ambiente escolar considerado cooperativo e a influência do ambiente no desenvolvimento sociomoral de estudantes. Este artigo consiste em apresentar a revisão bibliográfica, em que foram selecionados artigos que se mostraram mais relevantes para o presente estudo, abarcando a descrição da abordagem teórica apresentada (piagetiana), dos procedimentos metodológicos utilizados e as contribuições para a Educação. As análises dos artigos sugerem que a cooperação, por meio de um ambiente e de relações que a promovam, é necessária para o desenvolvimento da autonomia moral, que não é ensinado, mas sim construído a partir das trocas interindividuais no ambiente social. Constatou-se, ainda, que o protagonismo do professor é essencial para possibilitar relações de cooperação, e que faz-se necessário um investimento na formação destes profissionais para que um ambiente cooperativo e democrático seja estabelecido.

Palavras Chave: relações interpessoais, ambiente escolar, relações de cooperação, desenvolvimento moral.

¹ Psicóloga especialista em Relações interpessoais na escola: das competências socioemocionais à personalidade ética pelo Instituto Superior Vera Cruz. E-mail: lmk.unifesp@gmail.com
Orcid: 0000-0003-3085-6224

² Psicóloga especialista em Relações interpessoais na escola: das competências socioemocionais à personalidade ética pelo Instituto Superior Vera Cruz. E-mail: carolinalemos.psi@gmail.com – Orcid: 0000-0003-0779-4299

³ Professora assistente da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto.
E-mail: Luciana.cruz@unesp.br – Orcid: 0000-0003-3931-1060

MORAL DEVELOPMENT INSIDE THE SCHOOL: BIBLIOGRAPHIC REVIEW OF STUDIES UNDER PIAGET'S VIEWS

Abstract

The urgent need to investigate the role of school in interpersonal relationships and the importance of a cooperative environment to develop autonomous morality was recognized in this article. Using the Piagetian theoretical framework on morality and research that investigated how the cooperative environment influences interpersonal relationships. The method used was a literature review which focused on the aspects that were most relevant to the present study: the description of the theoretical approach presented, the methodological procedures used, and the contributions to the theme. The analysis of the articles suggested that cooperative relationships are necessary for the development of autonomous morality, which can not be taught, but built from interpersonal relationships. It was also found that the educator is essential for promoting a cooperative environment, and that an investment at the educator's background is necessary to establish a cooperative and democratic environment.

Keywords: interpersonal relationships, school environment, cooperative relationships, moral development.

Introdução

O campo educacional, há alguns anos, vem sendo alvo de questionamentos a respeito de seu papel e responsabilidade na formação não só intelectual, mas também moral dos estudantes. Esses questionamentos podem ser exemplificados pelo Projeto de Lei n. 2401/2019⁴ para regulamentar a prática do *homeschooling*, ou educação domiciliar, que autoriza o ensino domiciliar na educação básica para os menores de 18 anos de idade, alterando dispositivos que estabeleçam as diretrizes e bases da educação nacional, e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o que permitiria que as famílias se tornassem as responsáveis por educar formalmente os filhos em casa, sem a participação de uma instituição de ensino no processo de aprendizagem.

Diante deste cenário, em que o *homeschooling* vem sendo defendido e exigido por alguns grupos de nossa sociedade, e com muitas de nossas crianças tendo ficado longe da escola devido à situação de pandemia de Covid-19 e sua consequente extensão⁵, é necessário que falemos sobre o papel da escola e das relações interpessoais que se dão no ambiente escolar, assim como da importância das relações de cooperação neste ambiente para o desenvolvimento da autonomia moral.

De acordo com os estudos de Jean Piaget (1932/1994) sobre o desenvolvimento moral infantil, as relações de cooperação são um dos fatores responsáveis pelo desenvolvimento da autonomia moral. A partir desse referencial teórico, buscamos estudos que discutam o ambiente cooperativo e sua importância para o desenvolvimento moral das crianças.

⁴ Projeto de Lei se encontra em <https://static.poder360.com.br/2020/02/PL-2401-2019.pdf>

⁵<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-extensao-da-perda-na-educacao-no-mundo-e-grave>

Assim, os objetivos específicos do presente trabalho são:

- Buscar artigos publicados que estão disponíveis na plataforma Scielo e que tratem dos temas relações de cooperação e autonomia moral a partir do referencial teórico piagetiano;
- Descrever ambiente considerado cooperativo a partir dos artigos selecionados para este estudo;
- Verificar nos artigos selecionados a influência do ambiente no desenvolvimento sociomoral de estudantes.

Desenvolvimento moral infantil

Para compreendermos a importância das relações interpessoais no desenvolvimento moral infantil, nos debruçamos sobre os estudos de Jean Piaget publicados em 1932 no livro *O juízo moral na criança*, no qual disserta suas pesquisas empíricas com crianças genebrinas. Utilizando-se da análise de jogos de regras, Piaget fala sobre a construção das noções de regras ao longo do desenvolvimento das crianças. Ele descreve características do pensamento e do comportamento das crianças quando brincam e/ou jogam, nomeando três estágios quanto à consciência e a prática das regras: anomia, heteronomia e autonomia.

A anomia “[...] corresponde ao estágio do desenvolvimento durante o qual a criança ainda não penetrou o universo moral” (PIAGET, 1932/1994). Neste estágio, que está presente até aproximadamente os quatro anos de idade, as regras estão ligadas a hábitos estabelecidos por necessidades básicas da criança e não relacionados a valores e à consciência do certo e errado.

A partir da descentração da criança em seu processo de desenvolvimento, as regras começam a regular a convivência, dando espaço para a heteronomia, tendência moral que perdura até os nove de idade em média. Na heteronomia, já se reconhece as regras, mas ainda não há a assimilação do sentido de

sua existência, não se compreende o princípio moral que lhes dá sentido (LA TAILLE, 2006), seguindo-as simplesmente por uma obediência à figura de autoridade. Estabelece-se aqui o respeito de forma unilateral, não recíproco.

O comportamento da criança é guiado pelo egocentrismo. Um sujeito egocêntrico, apesar de se sujeitar às regras vindas do adulto, não compreende a necessidade destas para a vida em sociedade. Assim, existe um respeito unilateral da criança direcionado ao adulto, porque ela crê que o adulto é detentor do poder que define o que é certo e o que é errado. Esta ainda não compreende o sentido das regras, mas as obedece porque respeita a autoridade adulta que é fonte delas, teme a perda do afeto e da proteção do adulto. Nessa fase o controle é essencialmente externo, com um estado de consciência que Piaget caracterizou de heteronomia moral. Há, portanto, uma aceitação de regras que são exteriores ao sujeito, não há autorregulação.

Segundo Piaget (1932/1994), por volta dos dez ou onze anos, constitui-se o último estágio da consciência das regras: a autonomia, na qual a regra deixa de ser imposta e sagrada na visão da criança, que passa a compreender que as regras não são apenas um conjunto de normas sociais capazes de regular as relações sociais, mas a própria criança se concebe como possível agente, capaz de mudar e estabelecer novas regras. Isto leva à formação do sentimento genuíno de seguir uma norma por acreditar nela e não apenas conforme o dever, e da habilidade de coordenar e aceitar diferentes pontos de vista que possam inclusive não ser o seu próprio para, por exemplo, agir de maneira justa.

Ainda segundo este autor (1932/1994), a criança supera a heteronomia e conquista a autonomia moral a partir da relação de cooperação entre pares. De acordo com Yves de La Taille (1994, p. 77), “é graças a ela que a consciência da

criança passa pela experiência de participar de uma relação social a ser constituída e na qual deverá colocar-se do ponto de vista alheio para garantir o acordo e respeito mútuos.”

A partir do desenvolvimento cognitivo, tendo-se a experiência de convivências cooperativas em seu cotidiano, com a troca entre iguais (e consequentemente se confrontando com pontos de vista diferentes que possibilitam novas interpretações do mundo e produzindo mudanças significativas em seu pensamento), a criança inicia um processo de descentração, superando o egocentrismo.

As relações de cooperação possibilitam que a criança vivencie situações de trocas afetivas e cognitivas recíprocas que possibilitam o desenvolvimento do respeito mútuo nas relações. Diferente de como ocorre no respeito unilateral, a criança não tem como origem os sentimentos de medo e de punição, mas sim o sentimento de admiração, e o medo é de decepcionar a pessoa respeitada.

O respeito mútuo é característico da tendência à autonomia moral, na qual o indivíduo segue regras que emergem de suas considerações e sentimentos internos, considerando os outros além de si. Desta forma, a fonte das regras não está mais no outro detentor do poder, na autoridade, como ocorre na moral heterônoma, mas no próprio indivíduo.

Para Piaget (1932/1994, p. 23), “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o sujeito adquire por essas regras”. Vinha (1999) salienta que para Piaget, mais do que as regras que alguém escolhe adotar para a sua vida, importa o motivo pelo qual as adota, sendo isto construído com os princípios e valores que o sujeito estabelece nas relações ao longo da vida. O desenvolvimento moral refere-se ao

desenvolvimento das crenças, dos valores, das ideias das pessoas sobre a noção de certo e errado.

Assim, a diferença entre a moral heterônoma (em que a moral é externa, oriunda de uma autoridade que é quem dita o que se deve fazer) e a autônoma (em que a ética, os valores, as ideias sobre o que se deve fazer, e o que é certo e errado, são interiorizados, fazem parte do próprio sujeito) é justamente a razão de se escolher seguir determinados valores.

Para Piaget (1932/1994) as pessoas moralmente autônomas seguem determinadas normas não para receber uma recompensa ou por medo do olhar do outro, de uma punição ou de uma censura, mas porque acreditam que esse é o melhor para elas e para a sociedade em que vivem. É como elas querem viver, devendo-se levar em consideração, ao tomar decisões, as diferenças, os direitos, os sentimentos, e as perspectivas de si e as dos outros.

Portanto, os valores morais devem fazer parte da identidade do sujeito e da sua perspectiva ética para que siga (ou não) as regras movido por princípios morais integrados em sua personalidade e não por interesse ou por submissão a quem dita as regras.

O que ocorre frequentemente, porém, é que, ao longo do desenvolvimento da criança, nas interações sociais que a ajudarão a construir seus valores, no cotidiano familiar, os pais acabam utilizando procedimentos que levam a criança ou jovem a se submeter às regras porque esse adulto “sabe o que é melhor para ela”, para que seja “bem-comportado” e obediente. E como para a criança heterônoma a fonte das regras é externa, ela sente respeito unilateral pelo adulto, o que faz com que ela acredite que as sanções oriundas dos pais sejam sempre justas, e que não cabe a ela discutir uma ordem, mas sim aceitá-las. Tais procedi-

mentos dificultam a compreensão das razões das regras, do motivo de determinada regra ser necessária, o que pode, a longo prazo, guiar a criança por caminhos que promovem mais a obediência acrítica do que a autonomia moral, visto que a criança ou o jovem pode não conseguir ser capaz de construir suas próprias razões para seguir regras morais.

É na convivência cotidiana, desde pequena, com o adulto, com seus pares, nas situações escolares, vivenciando os problemas com os quais se depara, experimentando e agindo, que a criança constrói valores e internaliza os princípios norteadores que a conduzirão a seguir ou não as normas e regras. Então quais seriam as ações presentes no ambiente que promovem o desenvolvimento de indivíduos mais autônomos?

Piaget (1932/1994) fala da importância da socialização da criança para que o egocentrismo gradualmente dê lugar à cooperação. Para este autor, o desenvolvimento cognitivo é condição necessária (já que os sistemas lógicos da cognição possibilitam a compreensão das normas e regras sociais), mas não suficiente para o desenvolvimento do julgamento moral. As trocas sociais e intelectuais com base na reciprocidade e as relações de respeito mútuo são elementos que influem decisivamente para a descentração cognitiva da criança, permitindo o aparecimento da cooperação. Assim, os tipos de relações que as crianças estabelecem entre si e com os adultos nos ambientes que convivem influenciam o desenvolvimento do julgamento moral.

Segundo Piaget (1932/1994) as diversas trocas que o sujeito mantém em seu meio social modificam a estrutura mental individual. Essas trocas sociais podem gerar conflitos cognitivos que possibilitam a chamada *equilibração majorante*, uma reestruturação cognitiva que permite novos esquemas de assimilação

de conhecimentos e de adaptação a novas situações que, por sua vez, influenciarão as trocas sociais. É um processo dialético. Assim, em um ambiente onde a reciprocidade prevalece nas trocas sociais e a capacidade de raciocínio lógico do sujeito evolui, a criança começa, por exemplo, a perceber as injustiças contidas nas sanções e nos tratamentos desiguais dados pelos adultos, e, conseqüentemente, passa a questioná-las.

Portanto, de acordo com Araújo (1993), se a criança conviver em um ambiente cooperativo, ou seja, democrático, que a convoque a trocas sociais por reciprocidade, no qual seja respeitada pelo adulto e seja incluída nos processos de tomada de decisões, ela tenderá a desenvolver a autonomia moral e intelectual e, conseqüentemente, atingirá níveis de moralidade mais autônomos.

Estudos (TOGNETTA, 2003; VINHA, 2000; 2003) têm confirmado que o desenvolvimento moral está relacionado à qualidade das relações vividas nos ambientes sociais frequentados pela criança, ocorrendo essas relações não apenas na família. É preciso que a criança tenha experiências de vida social fora do núcleo familiar, com seus pares, para aprender a viver em grupo, e a escola é um local muito apropriado para que isso aconteça. Pesquisas de estudiosos da psicologia moral como Ulisses Araújo, Luciene Tognetta, Susana Menin, Telma Vinha e Yves de La Taille indicam que as escolas influenciam de modo significativo na formação moral das crianças e jovens, já que nestes locais elas têm possibilidades de estar em contato com seus pares e vivenciar um ambiente cooperativo (ARAÚJO, 1993; TOGNETTA, 2003; VINHA, 2003).

Para Araújo (2001, p. 4), um ambiente considerado cooperativo

[...] é um ambiente assim denominado porque nele a opressão do adulto é reduzida o máximo possível e nele encontram-se as condições que engendram a cooperação, o respeito mútuo, as atividades grupais que

favorecem a reciprocidade, a ausência de sanções expiatórias e de recompensas, e onde as crianças têm oportunidade constante de fazer escolhas, tomar decisões e de expressar-se livremente.

Assim, quanto mais o ambiente vivenciado for cooperativo, maior o desenvolvimento da autonomia e do julgamento moral autônomo, e quanto mais autoritário, prevalecendo as relações de coação e respeito unilateral, maior a possibilidade de julgamentos e comportamentos característicos da heteronomia.

Método

Pensando nos objetivos do presente estudo (a saber: descrever ambiente considerado cooperativo e verificar a influência do ambiente no desenvolvimento sociomoral de estudantes), buscou-se obter um panorama das pesquisas vigentes com relação ao tema.

Isso porque a revisão bibliográfica, por meio de uma investigação científica de obras já publicadas, permite que o conhecimento seja aprimorado e atualizado. Para isso, recorreremos a estudos apresentados na forma de artigos científicos, publicados no período de 1999 a 2014. Todas as referências foram escolhidas pelas contribuições que trazem à discussão de nosso objeto de estudo.

Como base de busca para os artigos científicos, utilizamos a biblioteca digital Scielo (<http://scielo.br>), que abrange grande número de artigos e de periódicos. A escolha por essa plataforma se deu por ser fonte de dados de elevado grau de confiabilidade no que diz respeito às produções científicas. Foram utilizadas de forma combinada os descritores “relações de cooperação” e “autonomia moral”.

Crítérios de exclusão e inclusão dos artigos

Os artigos selecionados para este estudo seguiram os seguintes critérios: publicações escritas em língua portuguesa (justifica-se pelo fato de selecionarmos apenas pesquisas realizadas no Brasil), das áreas da Educação e/ou da Psicologia, e que traziam em todos os índices os termos “relações de cooperação” ou “autonomia moral” em pesquisas referentes ao ambiente escolar. Os artigos que não atendiam a esses critérios foram excluídos. As pesquisas foram selecionadas primeiramente por meio das leituras dos títulos e posteriormente pelos resumos. Nessa fase consideramos como critério de inclusão, além dos aspectos já citados anteriormente, o uso da abordagem piagetiana para a escolha das palavras descritoras, já que nosso objetivo no presente trabalho não é comparar nem contrapor as teorias do desenvolvimento sociomoral, mas sim verificar a influência do ambiente escolar no processo de desenvolvimento da autonomia moral.

Após a leitura, uma nova seleção foi realizada, tendo sido escolhidos os artigos que atendiam ao tema considerado fundamental para esta pesquisa: a importância das práticas existentes na escola que levam a um ambiente cooperativo e que criam condições para o desenvolvimento de indivíduos moralmente autônomos, de acordo com a abordagem teórica piagetiana. Dentre os artigos levantados, foram selecionadas 6 publicações de artigos que se referem ao ambiente escolar, e seus autores adotaram a perspectiva piagetiana.

Procedimento

Nas bases de busca combinamos “ambiente cooperativo” “or” “autonomia moral” em todos os índices (como não foram encontradas publicações somando-se os dois descritores em um mesmo artigo, fizemos a busca por um ou outro descritor), obtendo 131 publicações. Destas, 37 foram publicadas em revistas brasileiras que tratam dos temas de Psicologia e Educação.

A partir da leitura do título e resumo dos 37 artigos, partindo depois para leitura completa das publicações quando houve dúvida se havia correlação ao tema de pesquisa, e considerando os critérios pré-estabelecidos para a seleção de artigos, apenas 6 foram selecionados; 31 artigos foram excluídos por não terem como base em suas pesquisas o ambiente escolar, ou por não adotarem a perspectiva piagetiana.

O fato de não encontrarmos uma quantidade considerável de artigos ao se delimitar o período de publicação na busca de 15 anos, nos levou a não realizar essa delimitação e a constatar que poucos autores se dedicaram ao estudo da temática nos últimos 15 anos. Ressaltamos que a busca foi feita em novembro de 2021.

Resultados

A partir dos procedimentos e critérios de inclusão e exclusão citados anteriormente, selecionamos seis artigos que foram lidos na íntegra e analisados para este estudo de revisão bibliográfica. Os artigos que abordam a relação entre ambiente cooperativo e a construção da autonomia moral com os descritores “relações cooperativas” OR “autonomia moral” (*Scielo*) foram:

- SANTOS, Diana Leonhardt dos; PRESTES, Andressa Carvalho; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Estratégias de professoras de educação infantil para resolução de conflitos entre crianças. 2014
- BARRIOS, Alia; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; BRANCO, Angela Uchôa. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. 2021
- TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de. A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade. 2006

- FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Autonomia moral na obra de Jean Piaget: a complexidade do conceito e sua importância para a educação. 2002
- DIAS, Adelaide Alves. Educação moral para a autonomia. 1999
- DIAS, Adelaide Alves. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. 2005

O objetivo da presente pesquisa foi, a partir do referencial teórico piagetiano, buscar estudos que abordassem o ambiente cooperativo e sua importância para o desenvolvimento moral das crianças na escola, pensando na importância desse ambiente para a formação destes indivíduos que são o vir a ser de nossa sociedade.

A partir dessa ideia, apresentamos os seis artigos selecionados e lidos na íntegra. Estes artigos apresentam pesquisas e experiências em ambientes escolares e trazem reflexões sobre o desenvolvimento da autonomia moral infantil.

Focamos os aspectos de cada artigo que se mostraram ser mais relevantes para o presente estudo: a descrição da abordagem teórica apresentada, os procedimentos metodológicos utilizados, e as contribuições para a Educação.

Abordagem teórica dos artigos selecionados

Citando autores como Piaget e La Taille, o artigo de Santos, Prestes e Freitas (2014) contextualiza a obra de Piaget ao descrever como se dá o desenvolvimento moral nas crianças e as tendências morais, denominados de anomia, heteronomia e autonomia.

Esse mesmo artigo de Santos, Prestes e Freitas (2014), trazendo o fato de que as escolas de Educação Infantil são espaços onde acontecem diversas situações de conflito, e sendo essas inerentes às relações interpessoais, parte da perspectiva de que são uma ótima oportunidade de trabalhar valores e regras

fundamentais para o convívio social, pois dão às crianças a chance de conhecer pontos de vista diferentes do seu, o que amplia as possibilidades de cooperação. Para isso, é necessária a intervenção do educador, que deve ajudar as crianças a construir valores que possibilitem o desenvolvimento moral. Considerando-se este fato, o objetivo do estudo de Santos, Prestes e Freitas (2014) foi o de investigar se as estratégias de resolução de conflitos utilizadas por professoras que atuam em escolas de Educação Infantil estão voltadas para o desenvolvimento da heteronomia ou da autonomia moral das crianças.

Barrios, Marinho-Araujo e Branco (2011), fundamentadas em Piaget (1932/1994), destacam em seu artigo que as relações de respeito unilateral baseadas na coerção têm como consequência o predomínio da consciência moral heterônoma, enquanto as relações de respeito mútuo, baseadas na cooperação, permitem formas morais autônomas. Nesse sentido, reforçam a importância das interações entre professor e alunos como significativas para o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da moralidade, em função do papel do professor, pois a criança pode vivenciar experiências coercitivas ou cooperativas com os adultos.

As formas e estratégias escolhidas como intervenção pelo professor são significativas para a educação moral. Eis então a importância da reflexão e da consciência do educador sobre as suas ações em relação às crianças nos diversos espaços da escola.

O estudo de Tognetta e Assis (2006), afirma que podemos encontrar nos estudos de Piaget (1932/1994) uma premissa que pensa a moral composta tanto pela razão quanto pela energia. Segundo ele, a razão é imprescindível à moral pois possibilita a capacidade de refletir. A partir disso, a autora nos faz uma provocação:

[...] se a razão fosse a única determinante das atitudes morais presentes na conduta humana, como explicar a existência de sujeitos altamente inteligentes, capazes de levantar hipóteses e pensar sobre todas as possibilidades, mas nada morais? (TOGNETTA e ASSIS, 2006, p. 53).

Elas então afirmam que as relações entre sujeitos são constituídas de energia, de afetividade, e que a Psicologia Moral tem, a partir das ideias de Piaget e de outros autores, como La Taille, a evidência dos afetos como variável imprescindível tanto para uma ação moral, quanto para uma ação imoral. Assim, o que nos move a decidirmos por levar a cabo uma ação são as representações que temos de nós mesmos, construídas em nossas relações com o meio. É então preciso estar disposto a seguir com uma ação moral, o que depende também de nossos afetos, superando a condição de se sentir na obrigação por medo; na autonomia moral se quer fazer por achar e sentir que é o certo. Isso posto, a autora traz a importância da cooperação nas relações, pois esta pressupõe que pensemos não somente sob nosso ponto de vista, mas também sob o de outros sujeitos de nossas relações. Nesse sentido, é a relação entre pares, em que os indivíduos estão em posição de igualdade, que possibilita o respeito mútuo, pois não há o peso da obediência. Para que haja o respeito mútuo entre crianças e adultos, é necessário que não se faça o uso de coerção na relação, mas sim de afeto.

De acordo com Piaget (1932/1994), e sustentado no estudo das autoras, com a superação do egocentrismo no plano intelectual, a criança é capaz de coordenar diferentes pontos de vista, o que ocorre também no plano afetivo, possibilitando a moral da cooperação e da autonomia.

O estudo de Freitas (2002) é uma pesquisa bibliográfica, na qual a autora tem o objetivo de explicar como, segundo Piaget, a partir do mundo da anômia do bebê é possível ao ser humano constituir uma consciência moral autônoma, buscando enfatizar a importância da ação educativa nesta conquista. É citado o estudo sobre as regras do jogo de Piaget (1932/1994), no qual constatou

que no percurso de seu desenvolvimento a criança passa a admitir que as regras do jogo podem ser modificadas, sem que isso constitua uma transgressão. Essa descoberta é um primeiro passo em direção à autonomia moral, visto que ela compreende, fazendo um paralelo em relação às regras do jogo, que as normas sociais e os costumes também podem se modificar com o tempo e com o grupo que as produz.

A partir dessa descoberta, a intenção das crianças ao escolherem suas ações (e não somente as consequências) passa a ser importante, e nem tudo que é determinado pelo adulto é considerado justo. Assim, é por meio das relações entre pares de amizade que surge um outro tipo de sentimento de obrigação, a de reciprocidade, a obrigação de se colocar no lugar do outro, que é presente nas relações de cooperação.

Em Dias (1999), o artigo selecionado mais antigo, mostra que estudos brasileiros apontam que o modelo educacional vigente na maioria das escolas era o heterônomo, e que esse modelo é incompatível com as necessidades sociais de desenvolvimento de práticas educativas cooperativas.

A autora traz em seu artigo que, de acordo com Kohlberg, psicólogo estadunidense que estudou o desenvolvimento moral na esteira de Piaget, o desenvolvimento moral segue uma sequência progressiva de estágios e que a passagem para um nível superior de raciocínio moral pode ser estimulada através da vivência de conflitos. A partir deste referencial teórico e, partindo do pressuposto de que esses conflitos podem ser estimulados por discussões em grupo, os objetivos dessa pesquisa foram verificar a importância da discussão de dilemas sócio-morais para o processo de mudança de estágio no desenvolvimento moral.

Selecionamos um outro artigo, de 2005, desta mesma pesquisadora, que aborda o outro lado da educação moral: a dos professores. Este estudo analisou o que educadoras infantis, trabalhadoras de creches públicas, entendiam por autonomia e educação moral, e como tais concepções influenciavam suas práticas pedagógicas na Educação Infantil. A autora utiliza a perspectiva de educação moral que se orienta pelo respeito à autonomia de cada indivíduo e da construção racional e crítica baseada no diálogo por meio de princípios, valores e normas. A partir dessa perspectiva, o estudo vai em busca de “quais concepções de autonomia fundamentam o fazer pedagógico dos professores e como eles avaliam as implicações de suas concepções para o desenvolvimento de estratégias e procedimentos de educação moral com vistas à autonomia” (DIAS, 2005, p.371).

Procedimentos metodológicos dos artigos selecionados

Das seis pesquisas selecionadas no presente estudo, duas são revisões bibliográficas e quatro são estudos de análises qualitativas.

As revisões bibliográficas se debruçaram sobre a) a importância da formação do professor em relação ao desenvolvimento de valores e de competências socioemocionais, e b) em esclarecer o conceito de autonomia moral na teoria piagetiana a partir de dados de pesquisas qualitativas realizadas com professoras de escolas infantis, sendo estes Barrios, Marinho-Araujo e Branco (2011) e Freitas (2002), respectivamente.

Entre as pesquisas qualitativas, duas delas se utilizaram da discussão de dilemas morais. Tognetta e Assis (2006) comparam os julgamentos de crianças na faixa etária de 6 a 7 anos, provenientes de dois ambientes educacionais diferentes: baseados em relações autoritárias ou em relações de cooperação (divisão estabelecida pela autora a partir de ficha de observação), por meio de provas de

diagnóstico do comportamento operatório e da discussão de dilemas apresentados aos sujeitos. Já Dias (1999), realizou a discussão em grupo de dilemas socio-morais, realizada com 24 crianças e adolescentes na faixa etária de 10 a 12 anos, da sexta série do Ensino Fundamental.

As outras duas pesquisas de análise qualitativa realizaram os estudos com professores. Santos, Prestes e Freitas (2014) fizeram uso de um questionário sobre formação e trabalho das educadoras e uma entrevista semiestruturada, na qual se apresentava duas situações de conflito entre crianças. Em Dias (2005), os dados obtidos com as entrevistas semiestruturadas foram categorizados e tratados com Análise de Conteúdo, nos quais as educadoras expuseram concepções individualizadas sobre autonomia e educação moral. Ambas as pesquisas foram realizadas com professoras da Educação Infantil.

Contribuições das pesquisas

O artigo de Santos, Prestes, Freitas (2014) constata que nas situações de conflitos entre crianças observadas pela pesquisa e nas quais as professoras participantes intervieram, foram propostas com maior frequência estratégias que indicavam diretamente às crianças como elas deveriam agir, o que favorece a heteronomia do indivíduo, já que estamos falando de um adulto em posição de autoridade ditando algo a ser feito a uma criança, ou seja, favorecendo uma relação de respeito unilateral que não possibilita à criança construir uma alternativa própria na resolução ou reparação do conflito, levando-se em consideração o ponto de vista do outro.

As autoras trazem duas explicações possíveis para o que constataram: o fato de essas professoras trabalharem com crianças pequenas, da Educação Infantil, pode fazer com que acreditem que seja necessário ditar às crianças o que

fazer diante de um conflito; ou que as professoras busquem resolver essas situações baseadas em sua intuição. Essas possíveis explicações revelam que a formação docente oferecida acaba sendo insuficiente para preparar os profissionais para lidarem com situações de conflito, pois há falta de reflexões prévias sobre o desenvolvimento da moralidade, o que acaba fazendo com que escolham caminhos comuns de experiências pessoais (e não teóricas e científicas) para resolver os impasses. Apesar de aparecerem em menor quantidade, pode-se identificar a utilização de estratégias que possibilitam o desenvolvimento da autonomia pelas professoras.

As autoras apresentam ainda algumas limitações de pesquisa: a) pequeno número de participantes e a heterogeneidade da amostra (número de anos de experiência das professoras participantes e a idade das crianças com as quais trabalham) e b) o fato de que se acessou apenas o discurso das professoras sobre como resolveriam as situações de conflito, sendo que suas respostas podem não corresponder à sua prática diária (o que poderia ser contornado com observações sistemáticas realizadas).

O artigo de Barrios, Marinho-Araujo e Branco (2011) nos mostra a importância da reflexão do educador sobre as suas ações pedagógicas no cotidiano escolar, em conjunto com coordenadores, orientadores e psicólogos escolares, não devendo suas ações ficarem restritas ao planejamento tradicional, nem ao estabelecimento de regras aos alunos. Ainda mais no âmbito do desenvolvimento moral, no qual se faz necessário refletir sobre os valores sociomorais e as práticas em si baseadas tanto para a educação das crianças quanto para a formação dos professores, sendo a qualidade daquela dependente desta última. Os resultados dessa pesquisa revelam que a falta de um espaço de formação, com possibilidades de trocas e de reflexão, dificulta que o professor tenha êxito em promover o desenvolvimento moral de seus alunos.

As autoras trazem como exemplo de um bom procedimento no âmbito da pesquisa a riqueza possibilitada pela análise de observações de situações gravadas em vídeo, que possibilitam uma “compreensão crítica dos aspectos que geralmente passam despercebidos pelos professores na dinâmica do cotidiano” (BARRIOS, MARINHO-ARAUJO e BRANCO, 2011, p. 96).

No artigo de Tognetta e Assis (2006) foi observado que no ambiente baseado em relações autoritárias, mesmo a maioria das respostas dos sujeitos, obtidas a partir da discussão de dilemas morais, estando de acordo com características coercitivas, havia uma pequena porção das respostas que se apresentou mais de acordo com um ambiente cooperativo, e vice-versa. Isso significa que a solidariedade depende, também, de outros fatores além do ambiente escolar.

Ainda assim, as autoras constataram que nos dois ambientes estudados (um baseado em relações autoritárias e outro em relações de cooperação) as respostas obtidas reforçam a afirmação de que a manifestação da solidariedade necessita de um ambiente que permita relações cooperativas e a demonstração de sentimentos, o que evidencia a importância do tipo de relações que se estabelecem na escola. Além disso, estabeleceu-se que, pela falta de confiança na autoridade, as crianças do primeiro ambiente não acreditavam ser possível acontecer uma ação solidária se o adulto fosse contrário a ela, o que confirma que a relação de confiança com a autoridade é fundamental na formação de julgamentos por solidariedade.

O estudo ainda traz a importância de favorecer a construção das estruturas de pensamento, quando possibilitamos que as crianças pensem sobre as suas ações e reflitam o que poderia ter sido feito para que uma determinada situação inadequada não acontecesse, assim como a construção das representações

de si mesmo para encontrarem soluções para seus conflitos, quando a elas é permitido que se sintam acolhidas e respeitadas. Então, quando possibilitamos que as crianças se sintam seguras para expressar seus medos ou angústias em uma situação de conflito, elas aprendem que o que sentem e o que pensam “é tão importante que precisa ser dito” (TOGNETTA e ASSIS, 2006, p. 64). Daí a importância da dimensão afetiva para a educação sociomoral.

O artigo de Freitas (2002) contribui para esclarecer o conceito de autonomia moral na teoria piagetiana. Utilizando como ponto de partida uma pesquisa que entrevistou professoras que responderam o que entendiam por autonomia, a autora faz o percurso de toda a explicação do conceito na teoria de Piaget, chegando à conclusão de que “conceitos mal compreendidos geram práticas equivocadas” (FREITAS, 2002, p. 21), o que nos mostra a importância dos professores incorporarem a teoria à sua prática diária.

Utilizando-se da teoria de Kohlberg do processo de construção da moral por meio de níveis e estágios de moralidade, o artigo de Dias (1999) chega a resultados em sua pesquisa que indicam que referente ao pensamento pós-conventional, ou de aceitação dos princípios morais, os participantes do grupo experimental avançaram significativamente em relação aos do grupo controle. Ainda, os participantes experimentais realizaram mais movimentos de avanço que de regressão nos estágios. Além disso, o número de participantes do grupo experimental que avançou foi consideravelmente maior ao número de participantes que regrediu, o que não aconteceu no grupo controle, cujos participantes não apresentaram mudanças nos seus raciocínios do ponto de vista moral.

Os resultados na pesquisa de Dias (1999) indicaram que a utilização da discussão em grupo de dilemas sociomorais favorece mudanças nos raciocí-

nios morais das crianças, estimulando o avanço para níveis mais elevados, recomendando a autora a sua adoção como uma das possibilidades de favorecer a consciência moral em crianças. A autora também aponta para a necessidade de realização de mais pesquisas que articulem as relações entre o ambiente moral da escola e a evolução do pensamento moral.

Os resultados encontrados no artigo de Dias (2005) indicam que a maioria das educadoras participantes da pesquisa tem dificuldade em consolidar o que entendem por autonomia, já que não conseguiram explicitá-la em situações de seu cotidiano, somente de forma abstrata, o que aponta uma compreensão parcial do que o que vem a ser autonomia.

Também, apreende-se dos resultados encontrados que as educadoras parecem entender o desenvolvimento de ações educativas como um objetivo em si mesmo. Isso porque apesar de a forma como colocaram em prática as atividades coletivas, de diálogo, que exercitam a organização e a capacidade de escolha, indicar que compreendem que a conquista da autonomia é complexa e envolve práticas sistematizadas de educação por meio tanto de planejamento quanto de execução, não se tem claro como essas atividades contribuem para desenvolver a autonomia. Ou seja, o achado de que a maioria das professoras entende o desenvolvimento da autonomia como um processo individualizado e descontextualizado se expressa na forma como elas entendem a contribuição de práticas educativas que promovem essa conquista: de forma espontânea, com o fim em si mesma.

O artigo contribui afirmando que a falta de interlocução entre os objetivos e os fins das práticas das educadoras pesquisadas indica uma maior necessidade de se investir na formação contínua de professores.

Discussão

A revisão bibliográfica possibilitou a seleção de seis artigos baseados nos estudos de Jean Piaget. Estes artigos sugerem que a cooperação, por meio de um ambiente e de relações que a promovam, é necessária para o desenvolvimento da autonomia moral.

De acordo com o pensamento piagetiano, a moral pode ser pensada a partir de dois vieses: a cognição e a afetividade. As relações estabelecidas entre os indivíduos são feitas de investimentos afetivos compostos de valores que se formam na relação com o outro. De acordo com La Taille (2000), a ação moral é ampliada pelas virtudes, que vão além do sentimento de obrigação que reside na razão, e a partir dos afetos e valores existentes nas relações, chega-se ao sentimento de querer agir bem, em prol de si mesmo e do outro.

Os resultados do estudo de Tognetta e Assis (2006), a pesquisa comparativa dos julgamentos de crianças de ambientes autoritários ou cooperativos, reforçam a ideia de que para que predomine a solidariedade faz-se necessário um ambiente baseado em relações cooperativas, onde as ideias e os sentimentos possam ser manifestados. Isso porque as relações de confiança e cooperação possibilitam à criança, ao verbalizar o que pensa e o que sente e sentir-se acolhida, entender suas próprias emoções e desejos, desenvolvendo o autoconhecimento e a autoestima, que também possibilitam o autocontrole. Assim, notamos, nos estudos de autores que embasam este texto, que as escolas com um ambiente que proporcione relações de cooperação, “onde as crianças possam se expressar livremente, sem coerções e possam dizer o que sentem, possam decidir e opinar” (TOGNETTA E ASSIS, 2006, p. 63) serão mais promissoras na formação de indivíduos que sejam capazes de semear virtudes como a solidariedade, a justiça e o respeito pelo outro.

No artigo de Freitas (2002), o que a autora ilustra, por meio de uma revisão bibliográfica, vai ao encontro ao que é demonstrado na pesquisa de Tognetta e Assis (2006): é por meio das relações de cooperação que se desenvolvem virtudes, e com elas um outro tipo de sentimento de obrigação, de se colocar no ponto de vista do outro e tratá-lo como se gostaria de ser tratado.

Dentre os artigos selecionados para o presente estudo, o mais antigo que aparece em nossa busca é o de Dias (1999). Na entrada dos anos 2000 já se falava sobre a importância do ensino moral nas escolas, aqui descrito não como uma experiência passiva, mas sim ativa por parte dos autores, ou seja, dos alunos. Nesse sentido, a pesquisa de Dias (1999) aponta para a importância da discussão em grupo, pois a educação moral se dá através de interações sociais em situações de conflito e não através do ensino passivo. A autora fala de como este é um dos grandes desafios educacionais do nosso tempo, sendo urgente que os educadores tenham acesso a estudos para subsidiar sua prática, que deve ter como objetivo final o desenvolvimento de indivíduos críticos e autônomos.

Para Piaget (1932/1994), a autonomia se afirma nas relações dos sujeitos uns com os outros, vivendo em sociedade, num processo dinâmico e gradual de superação de uma condição heterônoma a partir de vivências de cooperação entre pares, o que possibilita relações mais justas e simétricas. Para este autor, o desenvolvimento cognitivo é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento moral na busca pela autonomia. Ou seja, essa condição não é inata ao indivíduo a partir do momento em que nasce, nem com a maturação de seu sistema pura e simplesmente, mas sim um processo em construção que está intimamente relacionado ao tipo de interação vivenciada ao longo da vida, especialmente durante a infância.

Assim, ao se incentivar a participação ativa na resolução de conflitos, ajudando as crianças a refletir sobre como resolver determinada situação (e não dando a ela uma alternativa pronta), promovendo relações de cooperação e de respeito mútuo entre as crianças a partir da consideração do ponto de vista do outro, contribui-se para a construção da autonomia moral. O estudo de Santos, Prestes e Freitas (2014) nos aponta que a partir desta concepção, o educador é o mediador da situação e deve se utilizar do conhecimento de que os conflitos fazem parte do cotidiano da criança, sendo considerados necessários para o seu desenvolvimento, e não algo a ser evitado. É justamente nesta importância do professor para a promoção das relações cooperativas e consequente desenvolvimento da autonomia moral nas crianças que recai a necessidade da formação científica docente. Porém não falamos aqui de qualquer formação, mas sim uma de qualidade, que estimule os profissionais da Educação a questionarem e refletirem sobre suas práticas diariamente.

O artigo mostra a importância da formação do professor para uma educação que vise o desenvolvimento da autonomia nas crianças. Se pessoas com formação em pedagogia acabam, como hipotetiza a autora, se deixando levar pela intuição em situações de resolução de conflitos, que são parte muito importante no desenvolvimento da autonomia moral, o que se esperar de familiares que nem essa formação pedagógica tem em um *homeschooling*? Será que mesmo profissionais da educação ainda hoje direcionam mais a sua atenção e dedicação de tempo de estudo a temas relacionados ao ensino de conteúdos pedagógicos e pouco pensam em desenvolvimento sociomoral para além dos momentos de conflitos ou de desafio à autoridade do professor pelo aluno?

Ainda, o artigo 205 da Constituição Federal⁶ prevê que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo a educação promovida com a colaboração da sociedade e visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo e preparando-o para exercer a cidadania, esta então não depende e se dá por finalizada com a transmissão de conteúdos, mas sim considerando também a qualidade das relações sociais estabelecidas e apresentadas a este sujeito.

Assim sendo, que educação para a cidadania pode ser exercida quando se experimenta uma vida escolar dentro de casa? Afinal, as relações em si mesmas são momentos de aprendizagem, uma troca entre pares que possibilita ao indivíduo sair de seu ensimesmamento e tomar consciência do dever, compreendendo as normas sociais e seus valores dentro de um sistema de relações. (PIAGET, 1932/1994). Tal desenvolvimento só é possível se a criança vivenciar situações em que possa diferenciar, confrontar e coordenar o seu ponto de vista com os demais através de relações horizontais (sem hierarquia pré-determinada) de cooperação e de respeito mútuo. Não seria então a escola esse espaço que possibilita relações provocadoras de um desequilíbrio individual que estimula a reordenação de pontos de vista, regulando assim a conduta moral?

No artigo de Barrios, Marinho-Araujo e Branco (2011), as autoras também trazem a importância da formação do professor para uma educação comprometida, em especial quando se fala de desenvolvimento moral, que exige que

⁶https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988#/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp

o educador tenha um compromisso social e ético para formar cidadãos autônomos e agentes de sua história e da vida em sociedade. Mais um estudo que aponta para o protagonismo do professor em possibilitar um ambiente que conte com o respeito mútuo, com a cooperação e a convivência entre as diferenças e divergências entre as crianças, concordando com as ideias de Piaget de que a moral não pode ser ensinada, e sim vivida, pois é no contexto das interações sociais que esses aspectos são internalizados pelo indivíduo.

A escola, por suas características, constitui-se em espaço privilegiado para o avanço da democracia, da cidadania, do convívio e do respeito pelo ser humano. Sendo assim, cabe aos atores do contexto escolar duas importantes tarefas. Em primeiro lugar, estabelecer espaços de reflexão e discussão sobre as diversidades e contradições características da sociedade na qual estamos inseridos (Freire, 1999). Em segundo lugar, os profissionais que atuam na escola precisam ter consciência do seu importante papel no desenvolvimento e educação moral do ser humano, desenvolvimento este que não pode ficar restrito ao contexto familiar e não pode ser reduzido à manutenção da ordem, da disciplina e do conformismo. É primordial, portanto, que a instituição escolar não se omita em relação à importante tarefa de formar cidadãos éticos, tanto adultos como crianças. (BARRIOS, MARINHO-ARAUJO E BRANCO, 2011, p. 97).

Entretanto, essa não é uma tarefa simples, e exige, como nos aponta o estudo, que existam na escola espaços não só para a formação, mas também para o diálogo e a reflexão contínua no fazer pedagógico, pois a construção da moralidade, apesar de muito importante, quando não relacionada à obediência, às regras e controle do comportamentos das crianças, acaba ficando à margem no ensino escolar tanto por ser desconhecido da maioria dos professores quanto por não ser de fato uma disciplina que faz parte do currículo pedagógico da escola.

Na análise dos estudos selecionados, nos deparamos com mais um artigo que traz para o cerne de sua pesquisa a prática do professor na construção da autonomia. O estudo de Dias (2005) contextualiza a pouca atenção dada à concepção dos próprios professores em relação aos processos educativos por eles

produzidos que promovem o desenvolvimento da autonomia em crianças, que é o objetivo da pesquisa, que aponta a influência das concepções das professoras sobre o desenvolvimento de suas ações educativas. Assim, este artigo também indica a importância da formação docente para a construção de uma educação moral voltada para o posicionamento ativo, crítico e democrático dos sujeitos em desenvolvimento em relação aos valores predominantes em nossa sociedade. Para isso, é importante uma educação que possibilite estabelecer vínculos de forma compreensiva e respeitosa que permitam aos alunos manifestar-se com verdade e dar sentido às relações vividas, assimilando este tipo de convivência cooperativa para praticá-la em suas relações futuras.

Considerações finais

Nos últimos anos, o campo educacional vem sofrendo ataques vindos de diversos lados.⁷ Faz-se, portanto, necessário que o debate acerca da Educação seja colocado cada vez mais em pauta e encorajada a reflexão do que esperamos para a formação de indivíduos que possam contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Paulo Freire (1997), não existe um processo de educação que seja neutro. A Educação pode agir no sentido de possibilitar a conformidade com o atual sistema, facilitando a incorporação das gerações em sua lógica, ou possibilitar a liberdade do indivíduo, se tornando a forma pela qual as pessoas

⁷<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/08/defender-a-educacao-para-salvar-o-brasil.shtml>

lidam criticamente com a realidade e se veem como participantes na transformação de seu mundo.

Lidar de forma crítica e participar na transformação do mundo a que se refere o educador é possível de ser alcançado por sujeitos que tenham conhecimento e sejam autônomos, ou seja, que tenham tido a oportunidade de viver e experimentar, na relação com outro, o respeito e o sentir-se acolhido e ouvido em suas angústias e pontos de vista, podendo assim também respeitar e dar voz ao outro.

Piaget (1932/1994) salienta que os valores morais não são interiorizados passivamente, mas construídos a partir da interação do sujeito com o meio social e é na convivência diária que ele ressignifica e constrói os valores, princípios e regras que lhes são apresentadas pelo meio social. Aqui chegamos à importância da cooperação para o desenvolvimento moral, pois cooperar significa operar com (alguém), o que pressupõe o descentrar-se de si mesmo e levar em consideração outros pontos de vista, o que só é possível quando há respeito mútuo nas relações nas quais os sujeitos se colocam em posição de igualdade.

De acordo com La Taille (1994, p. 81), se as relações coercitivas e cooperativas têm diferentes efeitos sobre o desenvolvimento do indivíduo, e se a cooperação é condição necessária à autonomia moral, podemos verificar que Piaget integrou a dimensão ética à sua teoria, afinal a escolha de como se comportar diante do outro envolve uma escolha moral, e não a combinação de fatores de maturação que culminam com o desenvolvimento da personalidade. “Para Piaget, portanto, o universo moral não é exterior à constituição do sujeito epistêmico e psicológico; ao contrário, as opções morais têm influência direta sobre os processos integrantes da natureza humana.” (LA TAILLE, 1994, P. 81).

Os resultados das pesquisas selecionadas nos possibilitam inferir que o papel da escola, considerando as relações entre as crianças e o protagonismo do professor para possibilitar um ambiente cooperativo, é de grande importância para o desenvolvimento da autonomia moral. E quando pensamos em escola, pensamos em um lugar em que as crianças brinquem juntas, se deparem com descobertas, com obstáculos e conflitos, e tenham, com a ajuda do educador, a possibilidade de transpô-los e resolvê-los.

Os artigos selecionados neste trabalho nos apresentaram a escola sob o prisma do despreparo e com formação dos professores aquém do ideal; ainda assim o ambiente escolar, mesmo muitas vezes não sendo democrático ou cooperativo como defendemos, possibilita a convivência com a diversidade e isso já é mais vantajoso para o desenvolvimento moral do que o *homeschooling*, no qual vemos uma educação que acontece em casa sem os pares e a consequente falta de diversidade de formas de pensar.

Assim, podemos afirmar o quão essencial para o desenvolvimento de sujeitos moralmente desenvolvidos e autônomos é o espaço escolar que tenha como função fundamental educar o indivíduo para alcançar seu potencial, possibilitando um ambiente que promova este processo, um espaço que propicie relações nas quais prevaleça o respeito mútuo e se possibilite o autoconhecimento e o desenvolvimento de sentimentos morais e virtudes.

Quando a criança chega à escola, ela carrega com si suas vivências familiares, e é importante que o contrário também aconteça, que a criança possa ter um espaço de convivência além de sua família para conviver com o outro, que é diferente, e ampliar seus pontos de vista e conhecimentos sobre o mundo. É neste espaço que a criança pode se preparar para o mundo adulto, exercitando seu caminho em direção à independência.

A educação tem por propósito o desenvolvimento de indivíduos autônomos moralmente, que pensem por si mesmos, a partir de valores e princípios. Mas não somente em si mesmos, que queiram considerar o outro além de si, e buscar não só o bem pessoal, mas o coletivo, para a construção de uma sociedade democrática, justa e equitativa.

O pequeno número encontrado de pesquisas sobre o ambiente cooperativo e sua importância para o desenvolvimento moral das crianças e, como já citado anteriormente, a seriedade do assunto dado os questionamentos feitos nos últimos anos ao papel da escola na formação moral de seus alunos, nos faz concluir a necessidade de avançar nos estudos que se comprometam a investigar fazeres pedagógicos que ofereçam subsídios teórico-metodológicos aos professores, protagonistas deste processo, para que possam se apoderar desses conhecimentos que permitirão, juntamente com políticas públicas a este favor, mudar o cenário educacional em que nos encontramos para alcançarmos os objetivos que deveriam ser os da Educação: o desenvolvimento de indivíduos críticos, empáticos, justos e autônomos.

Referências

ARAÚJO, U. F. **Um estudo da relação entre o ambiente cooperativo e o julgamento moral na criança**. 1993. 208 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1993.

_____. Escola, democracia e a construção de personalidades morais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n 2, p. 91-107, jul. 2000. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000200007 &lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022000000200007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 abril 2021.

_____. O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil: sete anos de estudo longitudinal. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas - SP, v. 2, n.2, p. 1-12, 2001. Disponível em <<https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/12895>>. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

BARRIOS, A.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BRANCO, A. U.. Formação continuada do professor: desenvolvendo competências para a promoção do desenvolvimento moral. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 90-99, jan. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-85572011000100010>>. Acesso em: 1 nov 2021.

BRELAZ, ; BARROSO, R.; CALÉ, F. Defender a educação para salvar o Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/08/defender-a-educacao-para-salvar-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 19 dez 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n. 2401/2019**. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 2019. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/02/PL-2401-2019.pdf>>. Acesso em: 27 set 2021.

DIAS, A. A. Educação moral para a autonomia. **Psicologia: Reflexão e Crítica [online]**. 1999, v. 12, n. 2, pp. 459-478. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79721999000200014>>. Acesso em 1 nov 2021.

_____. Educação moral e autonomia na educação infantil: o que pensam os professores. **Psicologia: Reflexão e Crítica [online]**. 2005, v. 18, n. 3, pp. 370-380. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300011>>. Acesso em: 1 nov 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 33 ed. São Paulo: Paz e terra, 1997. 144 p.

FREITAS, L. B. L. Autonomia moral na obra de Jean Piaget: a complexidade do conceito e sua importância para a educação. **Educar em Revista**. Curitiba, 2002, n. 19, pp. 11-22. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.243>>. Acesso em: 1 nov 2021.

LA TAILLE, Y. A dimensão ética na obra de Jean Piaget. **Arquivo Centro de Referência em Educação Mario Covas, FDE**. São Paulo, 1994. Série Ideias n. 20, p. 75-82. Disponível em: <https://crmariocovas.sp.gov.br/dea_a.php?t=005>. Acesso em 19 jan 2023.

_____. Para um estudo psicológico das virtudes morais. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2000, v. 26, n. 2, pp. 109-121. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022000000200008>>. Acesso 19 nov 2021.

_____. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006. 189 p.

PIAGET, J. **O juízo moral da criança**. Tradução: Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994 (1932). 302 p.

_____. **Para Onde Vai a Educação?** 3 ed. Tradução: Ivette Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. O espírito de solidariedade e a colaboração internacional. In: PARRAT-DAYAN, S.; TRYPON, A. (Orgs) **Jean Piaget: Sobre a pedagogia: textos inéditos** (pp. 59-78). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SANTOS, D. L.; PRESTES, A. C.; FREITAS, L. B. L. Estratégias de professoras de educação infantil para resolução de conflitos entre crianças. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo, 2014, v. 18, n. 2, p. 247-254. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539/2014/0182740>>. Acesso em: 1 nov 2021.

TOGNETTA, L. R. P. **Construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola: uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003. 264 p.

TOGNETTA, L. R. P.; ASSIS, O. Z. M. **A construção da solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade**. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, 2006, v. 32, n. 1, pp. 49-66. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022006000100004>>. Acesso em: 1 nov 2021.

VINHA, T. O educador e a moralidade infantil numa perspectiva construtivista. **Revista do Cogeime [online]**, v. 8, n. 14. Jul, 1999. Disponível em:

<https://www.metodista.br/revistas/revistas-cogeime/index.php/CO-GEIME/article/view/506>. Acesso em: 18 junho 2021.

_____. **Os conflitos interpessoais na relação educativa**. 2003. 426 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

VINHA, T.; TOGNETTA, L. R. Construindo a autonomia moral na escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, jul. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3316>>. Acesso em: 20 abril 2021.

Recebido 14/11/2023

Aprovado 06/04/2023